



# **A Normalização Contabilística Sectorial**



**§ Caracterizar os Aspectos Gerais  
Normalização Contabilística;**

**§ Reconhecer a importância da Normalização  
Contabilística através da análise dos planos  
sectoriais.**



## Caracterização



## Planos Sectoriais



## Definição

*“A **normalização contabilística** é um processo gradual de compatibilização de práticas contabilísticas e de definição do seu grau de variação, que pressupõe a total **uniformização das regras**, não é mais do que uma metodologia comum, que visa a **comparabilidade das informações inter-unidades, a universalidade dos dados e a sua compreensibilidade**”*

(Silva, 2005)



## Definição

**Tem por objecto a definição de um conjunto de princípios e critérios a ser uniformemente seguidos na execução da contabilidade.**



## Enquadramento

A economia mundial sofreu nas últimas décadas um desenvolvimento extraordinário.

Os agentes económicos acompanharam este progresso, expandiram as suas relações e é cada vez maior o número de empresas a actuar a nível mundial. É a globalização da economia.



## Enquadramento

As informações prestadas pela contabilidade ultrapassam, em larga escala, o âmbito da empresa e dos seus mais directos colaboradores, revestindo interesse para um vasto conjunto de utilizadores, nomeadamente para os Stakeholders (clientes, fornecedores, accionistas, financiadores, administração fiscal e comunidade em geral).



## Enquadramento

Comparabilidades fiáveis em diferentes períodos de tempo, torna-se imperativo a adopção de uma metodologia semelhante na recolha e tratamento dos dados.



Normalização  
contabilística



## Enquadramento

**A nível europeu, surgiu através da aprovação dos diversos planos de contas de contabilidade, facilitada pelas obrigatoriedades fiscais, pelas Normas Internacionais de Contabilidade e pelas directrizes emanadas das diversas comissões de normalização contabilística.**



## Objectivos

- Definição de um quadro de contas;
- Definição do âmbito ou conteúdo, de regras de movimentação e inter-relações entre as diversas contas;
- Definição de regras uniformes sobre a forma de avaliar os elementos patrimoniais e a determinação dos resultados;



## Objectivos

- Comparabilidade no tempo, traduzida pela utilização dos mesmos procedimentos ao longo dos vários exercícios.

**Em suma: Normalização contabilística**  
pode ser entendida como um processo  
dinâmico que visa a adequação da realidade  
contabilística face às mutações do meio  
envolvente.



## Vantagens

Nota preambular do anteprojecto de Plano Geral de Contabilidade, editado em 1973, pelo Ministério das Finanças (DGCI):

- **A da empresa:** *a normalização, na medida em que assentar em planificação bem aceite e concebida, haverá necessariamente de ser útil às empresas. Estas virão a colher as vantagens de passar a dispor de estatísticas de sector que mostrarão a sua posição relativa. Isso incentiva quem, colocado em situação mais desfavorável, tenha de proceder a revisões e alterações para melhorar a sua posição e produtividade.*



## Vantagens

- ***A da profissão de técnico de contabilidade*** que passa assim a dispor de um código de regras e procedimentos.
- ***A da didáctica e o da pedagogia.*** A normalização pode proporcionar orientações menos discutíveis, evitando perdas de esforços em “descobertas já descobertas”, transferindo a energia desses esforços para a crítica e remodelação posterior das normalizações efectuadas no que estas carecem de correcções.



## Vantagens

- *A da análise macro-empresarial, para a qual se passa a contar com critérios naturalmente mais válidos, procedimentos mais convenientes, dados mais exactamente, terminologia uniforme, agregações menos erradas, favorecendo-se estatísticas sectoriais nacionais e possibilitando-se um melhor conhecimento da Economia Nacional. As entidades oficiais e os próprios empresários disporiam assim de mais correctos instrumentos de análise e de previsão.*



## Vantagens

- *A da tributação, que assentaria em procedimentos mais ortodoxos e certos, propiciando-se assim um mais fácil controlo dos elementos que servem de base ao estabelecimento da tributação das empresas.”*



## No estrangeiro

No **Reino Unido**, a normalização existente resultou não da própria legislação, mas sobretudo da própria atitude e movimentação corporativa dos “accountants”. O Estado não teve um papel intervencionista neste domínio, por se considerar ser da competência dos “accountants”, e das respectivas associações, a definição das normas e princípios de carácter geral.



## No estrangeiro

Por seu lado, nos **Estados Unidos** a acção dos “accountants” deu lugar a uma acção de carácter corporativo, ou seja de uma acção integrada no grupo profissional, desenvolvendo-se eficazmente no quadro de cada actividade da vida económica. Os pedidos de concessão de crédito tinham normalmente de ser apoiados em balanços elaborados segundo certas normas, bem como a admissão de cotações na bolsa de títulos.



## No estrangeiro

Em **França**, a contabilidade esteve sujeita a fórmulas estritamente jurídicas, incapazes de se adaptarem rapidamente às necessidades económicas. Os Trabalhos de normalização iniciaram-se por volta dos anos 30, mas só após a II Grande Guerra (1947) entrou em vigor o Plano de Contas, que foi adaptada a diversos sectores económicos, assumindo-se a normalização contabilística como um processo contínuo.



## No estrangeiro

A **Espanha** seguiu, na elaboração do “Plan General de Contabilidad”, aprovado por Decreto de 22 de Fevereiro de 1973, a estrutura do plano de contas francês então em vigor.

A **Alemanha** merece uma referência especial em termos de planeamento contabilístico. O desenvolvimento operado entre as duas grandes guerras foi acompanhado de significativos progressos no campo da contabilidade. Destacando-se a criação de um centro de estudos.



## No estrangeiro

No **cômputo geral**, o planeamento contabilístico tem seguido as linhas de orientação assinaladas. Os indícios que se apresentam nos países de economia liberal são de aproximação aos princípios e regras contabilísticas, materializados nas denominadas “normas de contabilidade”.



## Caracterização



## Planos Sectoriais



## Sector Bancário

A **contabilidade bancária** integra uma área muito específica, regida por regras muito particulares, devido à importância do sector em que está inserido. Num contexto actual, no qual a crise financeira e económica é uma realidade incontornável, facilmente nos apercebemos da importância deste sector para os agentes económicos, qualquer que seja a sua natureza.



## Sector Bancário

Daí que, em Portugal o sector bancário fosse um dos primeiros a ser regulamentado, através da Lei de 3 de Abril de 1896 que estabelece a 1ª normalização da contabilidade de estabelecimentos bancários. Este diploma determinava a obrigatoriedade de todos os bancos ou estabelecimentos afins enviarem à Repartição do Comércio um balancete referido ao último dia do mês anterior, elaborado em conformidade com a classificação de contas estabelecidas no Regulamento.



## Sector Bancário

Com o aumento da complexidade do contexto financeiro, houve necessidade de criar normas de aderência à realidade, facto que originou a publicação de diversos diplomas legais, a saber:

- Decreto-lei n.º 10634 de Março de 1925;
- Decreto-lei n.º 39525 de Fevereiro de 1954;
- Decreto-lei n.º 42641 de Novembro de 1959;
- **Decreto-lei n.º 455/78** de Dezembro de 1978, que aprova o **Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB)**.



## Sector Bancário

Factores determinantes para aplicação do PCSB:

**A liberalização/desregulamentação do sector, que originou:**

- A emergência de bancos privados e estrangeiros;
- O desenvolvimento de novas actividades financeiras (leasing, factoring);
- Abertura à inovação de produtos e serviços financeiros;
- Dinamização dos mercados monetário e de capitais



## Sector Bancário

### Factores determinantes para aplicação do PCSB:

**A adesão de Portugal à CEE em 1986**, que originou:

- A necessidade de uniformização, simplificação e compatibilização dos sistemas de tratamento de dados contabilísticos e estatísticos fornecidos pelos bancos ao Banco de Portugal (entidade supervisora);
- A aproximação do sistema contabilístico do sector bancário nacional às regras e práticas em vigor nos sistemas financeiros mais evoluídos



## Sector Bancário

Assim, é aprovado o RGICSF (Dec-Lei nº298/92 de 31 de Dezembro), também designado por Lei-Quadro do Sistema Financeiro ou Lei Bancária, pelo qual se rege o Sistema Financeiro Português (instituições de crédito e sociedades financeiras).



## Sector Segurador

As instituições de seguros passaram por um movimento de normalização similar ao do sector bancário. Isto porque, desde o início se mostrou fundamental a homogeneidade das operações devido à necessidade de salvaguardar os accionistas e os segurados.

Este facto determinou o surgimento da primeira regulamentação de seguros em 1907, através da publicação do Decreto de 21 de Outubro, completado pelo Decreto de 28 de Dezembro desse mesmo ano.



## Sector Segurador

Nessa altura a fiscalização era precária, o que aliada às inúmeras deficiências existentes devido à falta de uniformização dos documentos contabilísticos, do ponto de vista da sua elaboração e apresentação, contribuiu de forma decisiva para o aparecimento de um organismo fiscalizador, a **Inspecção de Seguros**, através dos Decretos nº 17 555 e 17 556, publicados em 5 de Novembro de 1929.



## Sector Segurador

No ano de 1930 foram publicadas as circulares n.º 5 e n.º 6, que só vieram a entrar plenamente em execução passado 13 anos, ano em que a Inspeção emitiu as circulares n.º 209 e n.º 307, de 16 de Janeiro e 14 de Setembro, respectivamente. A primeira definiu as normas de contabilidade e a segunda as instruções sobre contabilidade, alteradas pela circular n.º 329, de 16 de Dezembro de 1944.



## Sector Segurador

Em 1949, no anexo à circular nº 490 de 05 de Janeiro e nº 516, de 28 de Dezembro, surgem os modelos oficiais do balanço e da conta de ganhos e perdas.

Em Março de 1975, fruto das nacionalizações ocorreram profundas alterações na titularidade do capital das empresas de seguros. Neste contexto, foi criado através do Decreto-lei nº 11-B/76, de 13 de Janeiro, o Instituto Nacional de Seguros e o Decreto-lei nº 400/76, de 26 de Maio, regulamentou os seus estatutos.



## Sector Segurador

Em 1994 entrou em vigor o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), resultando da adopção da Directiva n.º 91/674/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro, relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros.



## Sector Público

As organizações que integram o sector público dispõem, regra geral, normalmente de estruturas orientadas para a satisfação de necessidades de carácter colectivo em que se prestam serviços, em princípio sem finalidade lucrativa.

No âmbito da reforma da administração financeira do Estado, o Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) com o propósito de, em sistema digráfico, juntar à contabilidade orçamental a contabilidade patrimonial.



## Sector Público

Necessidade premente de criação ou consolidação de um sistema de Contabilidade Analítica, quer nas organizações privadas quer nas públicas, devido à necessidade de gerirem adequadamente os recursos ao seu dispor, de modo a administrar a instituição de forma **eficaz, eficiente, económica, e com excelência e equidade**, ou seja, na prossecução dos **5 E's**.



## Sector Público

A amostra do estudo é constituída por 62 municípios, 41 universidades, institutos e escolas de ensino superior e 33 hospitais

|                              | N   | %    |
|------------------------------|-----|------|
| Hospitais                    | 33  | 24,3 |
| Entidades do ensino superior | 41  | 30,1 |
| Municípios                   | 62  | 45,6 |
| Total                        | 136 | 100  |

**Fonte:** Carvalho, 2008

# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

|           |                                            |             | Implementação da Contabilidade de Custos |      | Total |
|-----------|--------------------------------------------|-------------|------------------------------------------|------|-------|
|           |                                            |             | Sim                                      | Não  |       |
| Tipologia | Muni d́pios                                | Casos       | 30                                       | 32   | 62    |
|           |                                            | % Tipologia | 48,4                                     | 51,6 | 100   |
|           | Hospitais                                  | Casos       | 33                                       | 0    | 33    |
|           |                                            | % Tipologia | 100                                      | 0    | 100   |
|           | Universidades e escolas do ensino superior | Casos       | 39                                       | 2    | 41    |
|           |                                            | % Tipologia | 95,1                                     | 4,9  | 100   |
| Total     |                                            | Casos       | 102                                      | 34   | 136   |
|           |                                            | % Tipologia | 75                                       | 25   | 100   |

**Fonte:** Carvalho, 2008



## Sector Público

|                         | Hospitais |      | Entidades de ensino superior |      | Municípios |      |
|-------------------------|-----------|------|------------------------------|------|------------|------|
|                         | N         | %    | N                            | %    | N          | %    |
| Fase inicial            |           |      | 28                           | 71,8 | 24         | 80   |
| Fase intermédia         | 5         | 15,2 | 8                            | 20,5 | 4          | 13,3 |
| Fase avançada           | 2         | 6,1  | 2                            | 5,1  | 2          | 6,7  |
| Totalmente implementado | 26        | 78,8 | 1                            | 2,6  | 0          | 0    |
| Total                   | 33        | 100  | 39                           | 100  | 30         | 100  |

**Fonte:** Carvalho, 2008

# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

|                                                                                                             | Hospitais |     | Entidades do ensino superior |      | Municípios |      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----|------------------------------|------|------------|------|
|                                                                                                             | N         | %   | N                            | %    | N          | %    |
| Não faz parte do conjunto de documentos de prestação de contas exigíveis pelo tribunal de Contas            |           |     | 30                           | 75   | 47         | 75,8 |
| Dificuldade na recolha de bases de repartição para a imputação dos vários custos indirectos                 |           |     | 25                           | 62,5 | 46         | 74,2 |
| Falta de recursos humanos                                                                                   | 3         | 9,1 | 24                           | 60   | 44         | 71   |
| Minimização do papel da contabilidade analítica por comparação com a contabilidade orçamental e patrimonial |           |     | 18                           | 45   | 42         | 67,7 |
| Programa informático limitado                                                                               | 1         | 3   | 17                           | 42,5 | 41         | 66,1 |
| Outros                                                                                                      |           |     | 16                           | 40   | 41         | 66,1 |
| Falta de pessoal especializado                                                                              |           |     | 13                           | 32,5 | 27         | 43,5 |
| Programa informático complexo                                                                               | 3         | 9,1 | 13                           | 32,5 | 8          | 12,9 |

Fonte: Carvalho, 2008

# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

|            | Hospitais |      | Entidades de ensino superior |      | Municípios |      |
|------------|-----------|------|------------------------------|------|------------|------|
|            | N         | %    | N                            | %    | N          | %    |
| Muito útil | 29        | 87,9 | 22                           | 53,7 | 33         | 53,2 |
| Útil       | 4         | 12,1 | 18                           | 43,9 | 27         | 43,5 |
| Pouco útil |           |      | 1                            | 2,4  | 2          | 3,2  |
| Total      | 33        | 100  | 41                           | 100  | 62         | 100  |

**Fonte:** Carvalho, 2008

# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

|                | Hospitais |      | Entidades de ensino superior |      | Municípios |      |
|----------------|-----------|------|------------------------------|------|------------|------|
|                | N         | %    | N                            | %    | N          | %    |
| Muito complexo | 8         | 24,2 | 8                            | 19,5 | 16         | 25,8 |
| Complexo       | 17        | 51,5 | 22                           | 53,7 | 40         | 64,5 |
| Simples        | 8         | 24,2 | 11                           | 26,8 | 6          | 9,7  |
| Total          | 33        | 100  | 41                           | 100  | 62         | 100  |

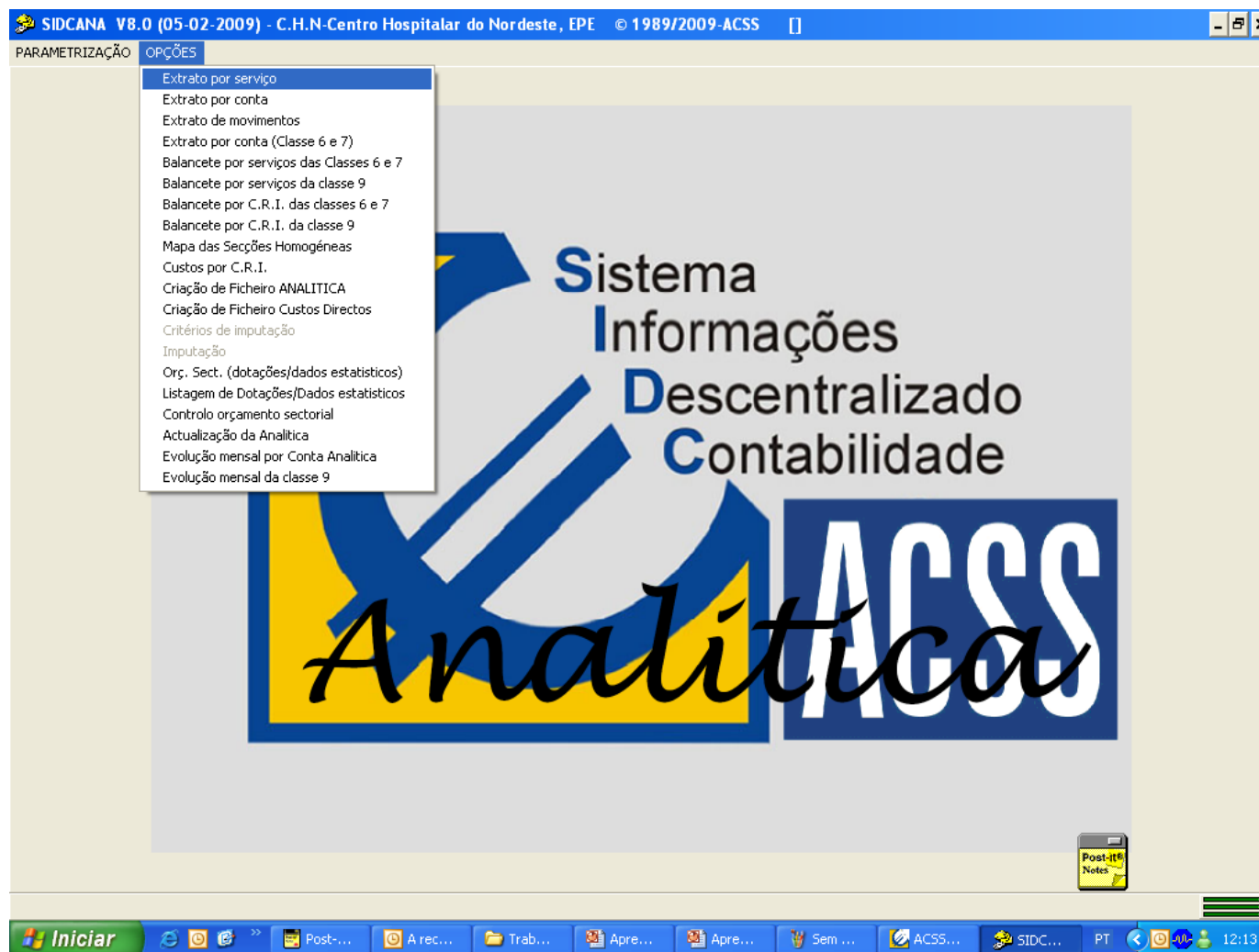
**Fonte:** Carvalho, 2008

# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público



# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

**Balancete por serviços da Classe 6 e 7**

ANO: 2008

Pri. Serviço: 111101 Medicina Interna  
Ult. Serviço: 111101 Medicina Interna

Pri. Mês: Janeiro  
Ult. Mês: Dezembro

☒ Todas ☐ Classe 6 ☐ Classe 7 **Calcular**

| C. Custo | Conta | Designação                              | Custos | Proveitos |
|----------|-------|-----------------------------------------|--------|-----------|
| 111101   | 6     | CUSTOS E PERDAS                         |        |           |
| 111101   | 61    | CUSTOS MERC VEND E MAT CONSUM.          |        |           |
| 111101   | 616   | MATÉRIAS DE CONSUMO                     |        |           |
| 111101   | 6161  | PRODUTOS FARMACÊUTICOS                  |        |           |
| 111101   | 61611 | Medicamentos                            |        |           |
| 111101   | 61612 | Reagentes e produtos de diagnóst rapido |        |           |
| 111101   | 6162  | Material de consumo clínico             |        |           |
| 111101   | 6164  | Material de consumo hoteleiro           |        |           |
| 111101   | 6165  | Material de consumo administrativo      |        |           |

Imprimir Eicheiro Sair

100%

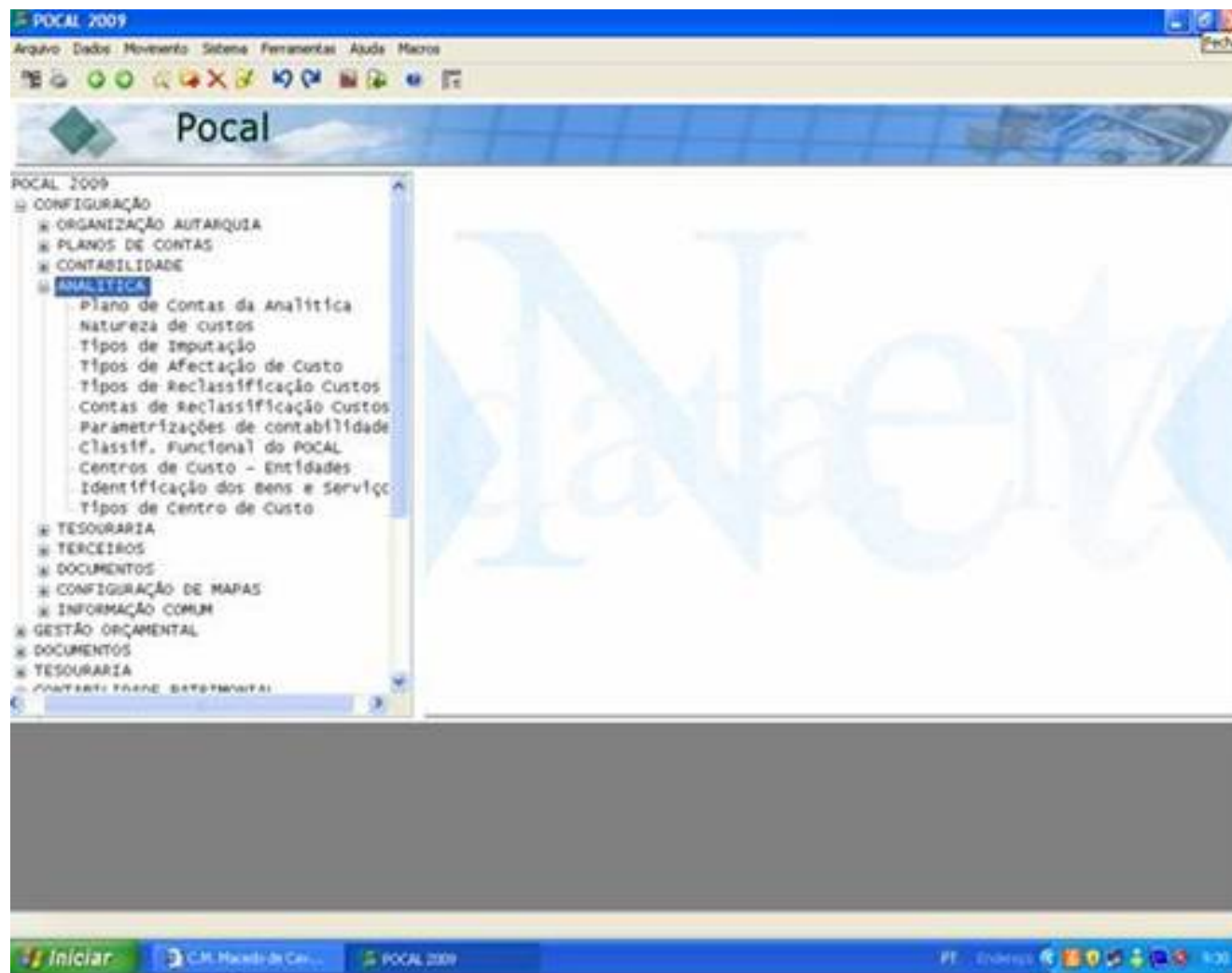
Post-it Notes

12:15

# Normalização Contabilística

## Sector Público

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



# Normalização Contabilística

Mestrado em Finanças e Contabilidade  
Complementos de Contabilidade Analítica



## Sector Público

**POCAL 2009**

Arquivo Dados Movimento Sistema Ferramentas Ajuda Macros

**Pocal**

**Registo de Factura**

Ano : 2009 Fornecedor : 1391 EDP SERVIÇO UNIVERSAL, SA Nº Int.: 348

Referência : 10335010870 Unid. Orgânica: 010302

N. Proc. Adm.:

Classe Ct. Geral Diário/Ref. Nº Lanc.

Em Conferência

Processamento FCC 22.1.1 CMP 856

Observações : 2008/12/27 A 2009/01/28

Estado Fact. : S PAGA/SALDADA Vencimentos :

Sit. Estorno :

Registo no Subsistema Sigma : Área:

Data : / /

Facturado : 148,65

Fact. S/ IVA: 141,57

Liquidado : 148,65

Ver Lançamento

Arq. Documental

Sigma-Flow

Estorno Inf. Sup.

Assoc. Proj. Fin.

Factoring

Ver Notas Lanc.

Consultar OP's

Ver Mov. Stock

Inventariar

Afectação Custos

**Linhas de Factura**

| Ln | Requisição | T.D. | Cta Geral      | Val. S/ IVA | Val. C/ IVA | IVA | V. IVA | V. Dedutível | Fact. Custo |
|----|------------|------|----------------|-------------|-------------|-----|--------|--------------|-------------|
| 1  | RED 2009 4 | 1    | 2305 62.2.11.2 | 1,75        | 1,84        | 005 | 0,09   | 0,09         | 1,75        |
| 2  | RED 2009 4 | 1    | 2305 62.2.11.2 | 139,82      | 146,81      | 005 | 6,99   |              | 146,81      |

Org./Eco: 0102 020201

Plano :

Artigo :

Analítica : 91.4.2.4.5

Deduções para OP's :

Por Facturar da REQ : 76.093,59

Por Liquidar da FAC :

Deduções para OP's

Seleccionar REQ

Visualizar NTE

Reg. 1 de 1

Windows Taskbar: Iniciar, C.M. Macedo d..., POCAL 2009, POCAL 2008, 3 Messenger, Os meus docum..., PT, Endereço, 10:18